



**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR REINALDO RAMOS
FACULDADE CESREI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

MARIA DAS GRAÇAS CLEMENTINO SILVA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES UM MODELO DE
GESTÃO PARTILHADA: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO BÁSICA/UEPB**

CAMPINA GRANDE

2010

MARIA DAS GRAÇAS CLEMENTINO SILVA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – UM MODELO DE GESTÃO
PARTILHADA: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA/UEPB**

Monografia apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Lato Sensu, da Faculdade
CESREI, como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública

Orientadora: Prof^a Ms. Adalgisa Rasia

Campina Grande

2010

1105 80 PS

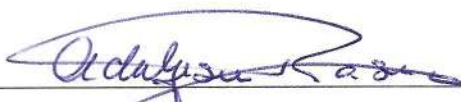
Faculdade Cesrei
Biblioteca "Min. Demócrito Gomes Reinaldo"
Reg. Bibliog.: _____ nº 11000053
Compra: Preço: _____
Doação: Doador: _____
Ex.: _____ Obs: _____
Data: 29 / 03 / 2011 .

MARIA DAS GRAÇAS CLEMENTINO SILVA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – UM MODELO DE GESTÃO
PARTILHADA: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA/UEPB**

Monografia apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Lato Sensu, da Faculdade
CESREI, como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública

Aprovada em _____ / _____ / _____



Prof. Ms. Adalgisa Rasia

Orientador

Prof. – Instituição

Membro da Banca e Examinadora

Prof. – Instituição

Membro da Banca Examinadora

A vida não existe em função de nenhuma etapa, idade ou período: a vida deve ser plena em todo o tempo. O tempo pleno é o tempo presente: passado e futuro só contam se forem presentes com seu peso, seu fogo, sua esperança, sua garra.

Euclides Redin

Dedico este trabalho à minha mãe (in memoriam),
irmão e amigas, com muito amor e carinho, pelo
grande incentivo e apoio recebidos durante toda
minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que manteve em mim a força e o desejo de concretizar mais este sonho profissional, que pela sua força inexplicável, me permitiu vencer os muitos momentos de incerteza, medo, vontade de desistir, de abandonar tudo.

À minha querida mãe (in memoriam) e o meu irmão que, no exercício da renúncia e doação, me ensinaram a viver com dignidade, face às inúmeras dificuldades e desafios, me impulsionando na busca de realização dos meus sonhos.

À minha orientadora, professora Adalgisa Rasia, que contribuiu com todo seu carinho e soube ser fonte de ensinamentos e de acolhimento fraterno.

À minha revisora lingüística, professora Maria Divanira de Lima Arcoverde, que corrigiu com paciência e dedicação do início ao final deste processo

À Faculdade CESREI, seus funcionários e aos colegas de sala, pelo esforço permanente.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise a respeito da importância social do Programa de Formação Continuada – CEEB na formação continuada dos professores, através do modelo de gestão compartilhada entre FURNE/UEPB e a Prefeitura do município de Areia. O objetivo do estudo foi conhecer e avaliar os mecanismos de gestão participativa e solidária das relações sociais entre os parceiros das instituições. Através da pesquisa foi possível identificar a contribuição da CIPE/UEPB na formação continuada dos professores em serviço, tomando como amostragem os 44 alunos do curso. Para coletar os dados, realizamos uma pesquisa documental, que nos permitiu identificar aspectos relevantes do perfil dos cursistas, tais como: gênero, faixa etária, atuação profissional etc. Os resultados mostraram a importância de um programa de gestão democrática e participativa o que permitiu confrontar com os aspectos teóricos através de um resgate bibliográfico que teve como base Libâneo, Gadotti, Freire e as Leis e Diretrizes da Educação Brasileira.

Palavras-Chave: Gestão Partilhada. Formação Continuada. Professor

ABSTRACT

This paper presents an analysis about the social importance of the Program of Continuing Education - CEEB - the continuous training of teachers through the model of shared management between FURNE / UEPB and the mayor of the municipality of Areia/PB. The objective was to study and evaluate the mechanisms of participatory management and supportive social relations between the partners of the institutions. Through field research it was possible to identify the contribution of CIPE / UEPB in the continuous training of in service teachers, as we sampled the 44 students in the course. To collect data, we conducted a documentary research, through which we identified relevant aspects as a profile of teacher students' gender, age, professional activities and the results showed the importance of a program of democratic and participative management which allowed confront theoretical aspects based on Libâneo, Gadotti, Freire and the Laws and Guidelines of Brazilian Education.

Keywords: Shared Management. Continuing Education. Teacher.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Componentes do Curso de Especialização em Educação Básica...	33
QUADRO 2 -	Faixa Etária dos Alunos do Curso	34
QUADRO 3 -	Instituições de Origem do Professor do Curso de Especialização em Educação Básica	36
QUADRO 4 -	Representações Sociais de Gênero – Cursistas do Curso de Especialização em Educação Básica	37

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	20
2 - OBJETIVOS	22
2.1 - Objetivo Geral	22
2.2 - Objetivos Específicos.....	22
3 - REFERENCIAL TEÓRICO	23
3.1 - As Políticas Públicas, Leis e Diretrizes para a Formação dos Professores.....	23
3.2 - Formação continuada de Professores.....	25
3.3 - Gestão Partilhada da Educação	28
4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4.1 - Tipo de Pesquisa.....	31
4.2 - Caracterização do Universo da Pesquisa.....	31
4.3 - Coleta de Dados.....	31
4.4 - Análises dos dados.....	32
5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXO	42

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico apresenta um estudo sobre a gestão partilhada nos Cursos de Formação Continuada, direcionando o tema para o Curso de Especialização em Educação Básica, doravante chamada de CEEB, que teve como gestora a Coordenadoria Institucional de Programas Especiais – CIPE, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Aqui se faz necessária a contextualização da UEPB nesse universo da Formação Continuada. Nesse sentido, essa instituição, a partir de 1996, se envolve em alguns projetos que lhe oportunizam a experiência em formação continuada de educadores em serviço, tais como: Proformação e Pedagogia em Regime Especial. Este último, ofertado desde 2002, em vários municípios do Estado da Paraíba, tem como objetivo habilitar professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, conforme as exigências da Lei 9394/96.

Além disso, entre os anos 1992 e 1994, a Universidade já iniciava o contato com prática de Educação a Distância, implantando 43 telepostos em 38 municípios paraibanos, contribuindo com a formação de professores, orientadores e supervisores de aprendizagem para o projeto “Um salto para o Futuro”.

Assim, as experiências vivenciadas, juntamente com desejo de contribuir com a Formação de Professores faz com que seja discutida a proposta dos Cursos de Especialização em Educação Básica, no sentido de atender a uma demanda de professores, que ao terminar o Curso de Pedagogia, verificavam a necessidade de um aprofundamento de estudos, e obviamente, à aspiração de ascensão funcional.

Destacamos que a procura dos professores por Cursos de Especialização entra em sintonia com a atual conjuntura sócio-educacional do país, que incentiva a elaboração de propostas de cursos e de currículos vinculados e comprometidos com a realidade existente.

A constatação que fazemos é que a já desgastada fórmula de programa existentes, já não satisfazia a uma sociedade cada vez mais exigente.

Dessa forma, nasce o Curso de Especialização em Educação Básica, com projeto elaborado por equipe da CIPE, atendendo às solicitações de vários Secretários de Educação dos municípios onde foram desenvolvidos o Curso de Pedagogia em Regime Especial, cujo índice perfazia uma totalidade 1.250 professores.

Este Curso foi pensado, de forma que pudesse ampliar os conhecimentos dos professores habilitados em Pedagogia nos municípios, desenvolvendo um programa de

educação como prática cidadã, compreendendo-o como modelo de participação social e políticas.

Sendo assim, apresentamos uma reflexão e a discussão sobre a gestão deste. Analisando as peculiaridades do Curso, através de documentação indicada pela CIPE, e uma amostra pelo município, escolhido para a pesquisa, para mediar às necessidades locais.

Nessa perspectiva, diante de um mundo em constante mudança, a decisão de se ter vários gestores surgiu dessa realidade que exige levar em consideração o contexto de realização dos cursos, entendendo melhor os desafios dos tempos atuais e as novas exigências educacionais. Todos esses aspectos demandavam ações eficazes, gestores dinâmicos e criativos que atendessem às necessidades administrativas e pedagógicas do Curso para seu melhor desenvolvimento.

Sabemos que não existem receitas infalíveis para, mas nesse caso específico, era necessário focar as ações no processo pedagógico e no atendimento dos professores em serviço. Assim, foram traçadas diretrizes curriculares que fornecessem aos educadores formação consistente, como elementos norteadores para a atuação desses professores em sua realidade social. Cabia, portanto aos gestores o acompanhamento administrativo/pedagógico do curso e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos professores cursistas, respeitando o calendário e especificidades locais.

Enfatizamos que esses gestores, além disso, estabelecem práticas que se constituem em alternativas possíveis para desenvolver laços de solidariedade, que consubstanciassem formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

O Curso de Especialização em Educação Básica foi criado pela RESOLUÇÃO/UEPB/CONSUNI/05/2004 e oferecido a 10 municípios onde funcionou o Curso de Pedagogia em Regime Especial.

Durante o período do desenvolvimento do curso 2008/2009, me chamou a atenção o envolvimento dos coordenadores do curso e a forma integrada com que trabalhavam, observava, também, como era importante a oportunidade oferecida a esses professores que haviam terminado o Curso de Pedagogia.

Este estudo me fez acreditar o quanto foi necessário para aqueles professores se qualificarem cada vez mais, principalmente, numa modalidade específica em que a Universidade ia até eles. Contrariamente, ao que acontecia antes, quando os alunos se dirigiam às Universidades, saindo de suas cidades, em busca do conhecimento para a inserção no mercado de trabalho.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Analisar a importância social do Programa de Formação Continuada – CEEB na formação continuada dos professores, no modelo de gestão partilhada no município de Areia.

2.2 - Objetivos Específicos

- Conhecer o modelo de gestão implementado no CEEB.
- Avaliar os mecanismos de gestão participativa e solidária no âmbito das relações sociais.
- Identificar a contribuição da CIPE/UEPB na formação continuada dos professores em serviço.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - As Políticas Públicas, Leis e Diretrizes para a Formação dos Professores

Um dos principais desafios do Brasil é a melhoria da qualidade da Educação Básica. E se há um consenso atualmente na área de educação, este é o da relevância do papel do professor para esse processo.

Embora as políticas educacionais possam ser, diretamente influenciadas pelas necessidades sociais e emergentes para melhorar o sistema educacional, estas em sua maioria são formuladas pelo Ministério da Educação – MEC.

É importante ressaltar que a forma como estas políticas são implementadas, bem como os seus resultados, são influenciados diretamente pelos agentes que as efetivam nas salas de aula, ou seja, diretamente os professores. São eles que conduzem e mediam o processo de ensino e aprendizagem com seus alunos diretamente, e estes devem receber uma atenção especial dos que elaboram as leis e diretrizes da educação brasileira.

Nesta perspectiva, iniciamos este estudo resgatando a lei maior do País que a Constituição Federal de 1988, que legalmente definiu que os pais, a sociedade e o poder público têm que respeitar e garantir os direitos do cidadão à educação.

Referindo-se como transcorreu o processo da constituição, Maisa ABREU apresenta sua versão sobre o assunto.

[...] O processo de redação e elaboração da nova Constituição foi longo e conflituoso, mas positivo em seus resultados. Na fase de oposição aos militares, havia se formado um bloco bastante unido, mas, na hora de negociar como seria organizada, através de leis, a nossa vida política, social, econômica e cultural, as coisas mudaram de figura. Havia grupos com interesses e projetos de sociedade bem diferenciados (ABREU, 1998, p. 53).

Embora a maioria dos congressistas fossem “conservadores”, a Constituição de 1988, graças à mobilização e às pressões da sociedade organizada, representou ganhos significativos. Muitos desses ganhos, infelizmente, até hoje não foram postos em prática. Mas isso seria assunto para outra pesquisa.

Uma das conquistas, negociadas com muito suor, está relacionada à educação. No Título III, que trata “Da Ordem Social”, há um capítulo inteiro dedicado à educação, o capítulo III, com dez artigos, do 205 ao 214.

No artigo 206, há sete afirmações que revelam o caráter democrático e constroem o imaginário social e nos levam a sonhar. Nesse artigo, são utilizadas palavras carregadas de sentido e de força: igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização, gestão democrática e garantia de qualidade.

Constituição Federal/88 – Artigo 206

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

V – Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público...;

VII – garantia de padrão de qualidade.

Não podemos negar que houve avanços em relação à situação anterior à promulgação da Constituição. A educação passou a ser reconhecida como um direito constitucional, ou seja qualquer cidadão pode cobrar seus direitos.

O filósofo italiano Noberto Bóbbio alerta que hoje o problema fundamental dos direitos do homem é protegê-los. O caminho agora é outro, não é somente lutar para que nossos direitos sejam contemplados em leis.

A própria Constituição trata de algumas dessas condições mais gerais, quando se refere à efetivação do dever do Estado com a educação mediante certas garantias. Veja abaixo o artigo 208:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII- atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Vimos como é importante a educação no Brasil, como alavanca para o desenvolvimento do País. Entretanto, sabemos que mesmo diante das leis nacionais que a educação sozinha não pode operar milagres. A educação, juntamente com outras políticas sociais, deve contribuir e muito para a construção de novos caminhos, em que haja crescimento econômico e justiça social. E, sobretudo, políticas sociais que devem trazer contribuições ao trabalho dos professores.

Neste sentido, Pedro Demo afirma que:

Uma lei não se resume a uma listagem de artigos, orientando-nos sobre direitos e deveres. Sua elaboração e conteúdo não são o resultado de um ato técnico. Implicam decisões políticas! Por isso, devemos evitar apenas uma leitura "técnica" ou "jurídica" da Constituição, como de qualquer lei, e tentar avançar um pouco mais, indo além da letra para captarmos seu "espírito", o que não está dito claramente, o momento histórico e o contexto em que ela foi produzida. Fazer uma leitura "política" da lei é uma atividade que você deve exercitar como cidadão(ã) e educador(a). (DEMO, 1997, p.24).

3.2 - Formação continuada de Professores

Ao estudar a formação de professores é necessário pensar como algo constante, pois, a formação continuada consiste reelaborar os saberes realizados na prática pedagógica, propiciando repensar a formação inicial e as experiências do contexto escolar, reelaborando assim novas metodologias que melhorem a qualidade da educação.

Para tanto, é de fundamental importância aprofundar-se nestes dois aspectos formação inicial/formação continuada, pois, o simples fato de frequentar uma universidade e ter acesso aos estudos científicos e debates das teorias de grandes autores da Pedagogia mundial é, sem dúvida, uma experiência interessante e essencial para a formação do professor. Mas, não é o suficiente para prepará-lo para o dia a dia da sala de aula, pois a educação é dinâmica e dialética o que faz com que o educador necessite estar em constante formação, revendo conceitos e refletindo para uma busca pelos conhecimentos pedagógicos.

Neste sentido, Libâneo aponta que:

O professorado, diante das novas realidades da complexidade de saberes envolvido presentemente na sua formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença além, obviamente da indispensável nas condições de trabalho e de exercício profissional (2001, p. 77).

De acordo com o pensamento do autor que apresenta fatores essenciais para a formação dos professores, oferece uma maior ênfase à formação teórica, como capacidade operativa e os propósitos éticos para o profissional da educação construir conhecimentos para melhorar atuar com os seus educandos.

Neste sentido, é de fundamental importância que o educador tenha consciência das Leis e Políticas Públicas que contemplam a sua profissão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu artigo 61 diz que.

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamento:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades; (aqui também se aplica a formatação de citação)

Desta forma, enfatizamos que o educador é um sujeito indispensável na transformação que se faz necessária na escola e conseqüentemente na sociedade. Sendo primordial a capacitação dos mesmos em uma perspectiva prática reflexiva, gerando uma constante mudança, isso implica que para acompanhar tais mudanças o professor deve estar sempre estudando e elaborando novas práticas, tornando-se consciente de que sua formação é permanente, e é integrada no seu dia-a-dia nas escolas.

Nóvoa (2002, p. 23) afirma que o “aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. Para esse estudioso, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumento contínuo de análise. Já Freire (1996, p. 43) afirma que é “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”.

Neste sentido, a formação do educador, a nosso ver, ganharia em qualificação se, em sua sustentação, estivessem presentes os três pilares: a formação teórica, a formação pedagógica e como inovação a formação lúdica. (SANTOS, 2004. p. 14)

É relevante destacar o perfil do professor que é resultado das exigências qualitativas que são visíveis e prioritárias, requerendo, portanto, um novo tipo de sujeito que assume o papel de “ensinante” e ao mesmo tempo “aprendente”. Conforme afirma Perrenoud (2000, p. 14), o “ofício não é imutável. Suas transformações passam principalmente pela emergência de novas competências [...] ou pela acentuação de competências reconhecidas [...]”

Ainda destacamos que, dentre todas as competências propostas, o professor deve também dar maior ênfase à formação continuada, em que o docente saiba explicitar as próprias práticas, estabelecendo um programa pessoal de formação continuada. Buscando ainda negociar um projeto de formação comum com os colegas da escola ou da rede de ensino. Envolver-se em tarefas em escala de uma ordem de ensino ou do educativo e acolher a formação dos colegas e participar dela são outras competências específicas esperadas de um profissional da Educação.

Para Perrenoud, todas as competências:

Uma vez construída, nenhuma competência permanece adquirida por simples inércia. Deve, no mínimo, ser conservada por seu exercício regular... Não são simples pedras preciosas que se guardam em um cofre onde permaneceriam intactas, à espera do dia em que se precisasse dela... Todas essas competências conservam-se graças a um exercício constante... Uma competência que supõe uma nova aprendizagem não está disponível para dar conta das situações presentes, não de uma promessa de competência (Perrenoud, 2000, p.155).

Neste perfil profissional que é desejado para os educadores é necessária também, uma articulação entre a teoria e prática pedagógica, que não deve se restringir apenas a experiência profissional, mas também a questão da formação inicial e continuada dos professores, articulando teoria e prática na sua formação, tornando-se um pesquisador e crítico reflexivo, abandonando um modelo de formação que restringe a prática apenas a aplicação de teorias e também pensar sobre a realidade da Instituição, considerando que embora a formação e o perfil desejado ainda sejam um desafio, entendemos que hoje avançamos e conquistamos muito com relação à formação do profissional de Educação em nível de Pós-Graduação buscando a cada dia se superar em suas competências, fundamentando-se em Políticas Públicas já existentes, como na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2001).

No convívio escolar, educando e educadores estão sempre aprendendo a aprender e transforma-se em indivíduo mais informado e autônomo e a desenvolver a concepção, execução e avaliação do trabalho pedagógico num contexto participativo, no âmbito da escola ou outros espaços organizacionais como diferentes sujeitos sociais. (BARRETO, 2002, p. 36).

Na visão do autor, o professor deve encarar com muita seriedade sua profissão, uma vez que ele dispõe da oportunidade de mudar, criar, reconstruir, enriquecer a vida de seus alunos. Para isso, ele precisa ter o compromisso de ensinar, e que esteja aberto também a

aprender uma vez que “a aprendizagem é um ato de troca” como diz Paulo Freire (1996, p. 15.) pois o aluno aprende quando o professor aprende. Neste sentido, o professor desenvolve o currículo escolar, com base nos conhecimentos prévios dos alunos, além de receber dos alunos novas informações que vão modificando e enriquecendo gradativamente a sua visão de sociedade e de mundo.

No que se refere aos pressupostos teóricos a respeito de gestão na educação têm sua origem do modelo de gestão de produção material do fordismo para o de Qualidade total (modelo Toyotista de produção), costuma-se utilizar também outras denominação para esse modelo: o da gestão participativa, reforçando, assim, a idéia de uma nova lógica de organização do sistema educativo, busca-se instaurar dispositivos e ações na gestão institucional orientados pelos princípios de flexibilidade, liberdade, diversidade, competitividade e participação.

Castanho (2001) chama a atenção para: A compreensão de como a nova governabilidade educacional afeta as escolas e os estudantes e a necessidade de submeter a gestão a critérios não mercantilistas para que seja possível conceber e concretizar uma governabilidade democrática pensada a partir dos desafios da educação transformadora.

Considerando o resgate teórico sobre o tema é possível perceber que a formação de professores é um tema de fundamental importância, pois é necessário que os mesmos se aperfeiçoem através de uma formação continuada, que deve ser oferecida pelas instituições superiores, ou as redes de ensino onde trabalham, já que existe uma lacuna na formação que de forma inexplicável leva a grandes limitações ao profissional que respeita e garantem os direitos do cidadão.

3.3 - Gestão Partilhada da Educação

Muitas são as derivações e implicações da nova realidade para a educação e a própria gestão da educação, fato que advém das políticas educacionais e a formação dos profissionais da educação o que fundamentalmente leva a um novo sentido para a gestão da educação.

Salientamos neste contexto a importância de analisar uma nova configuração, que se assenta na crise dos paradigmas que exigem novas compreensões, novos conceitos, categorias e interpretações que se fazem necessários no âmbito da educação.

Quando pensamos em uma gestão partilhada, para a resolução e efetivação das ações públicas estamos realizando uma situação educacional contemporânea para enfrentar os desafios que é uma tarefa urgente para estados, municípios e universidades.

Neste sentido é importante refletir sobre as questões da educação na atualidade, prioritariamente da gestão democrática da educação e das políticas de formação, reunindo ideias de acordo com Santos (1991) que salienta a importância da gestão democrática e a competência na construção coletiva de um projeto de educação, por meio de uma prática de gestão comprometida com a formação de homens e mulheres brasileiros/as fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente e capazes tecnicamente.

A posição de Chiavenato (1985) apresenta uma visão sobre as organizações:

As organizações são unidades sociais (e, portanto, constituída de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos. Os objetivos podem ser o lucro, as transações comerciais, o ensino, a prestação de serviços públicos, a caridade, o lazer etc. Nossas vidas estão intimamente ligadas às organizações, porque tudo o que fazemos é feito dentro de organizações. (Chiavenato, 1989, p. 3)

Podemos perceber nas idéias do autor que uma organização na medida em que ela se constitui como unidade social de agrupamentos humanos intencionalmente construídos.

De acordo com Gadotti e Romão (1997, p. 16), a participação influi na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

A maioria dos autores, assim como Gadotti e Romão que estudam as tarefas de administrar, gerir, organizar, dirigir, tomar decisões, as reúnem todas no conceito de administração, configurando-se assim uma ciência da administração ou uma teoria da administração. Seguindo de perto essas definições, destacamos o amplo significado de organização, ou seja, unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que operam por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instrução, sendo ela na área Estadual, Municipal ou Federal.

Lourenço Filho também destaca o caráter grupal e cooperativo das instituições, definindo a organização como ação congregada a grupos, à qual a administração é subordinada. As escolas são, portanto, organizações, e nelas sobressaem a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana.

À medida que se considera uma organização como uma unidade social formada por grupos humanos intencionalmente constituídos, ganham importância as interações entre as pessoas e com contexto social mais amplo.

É sempre útil distinguir, no estudo dos processos de organização e gestão, duas concepções bastante diferenciadas em relação às finalidades sociais e políticas da educação: a concepção científico-racional e a concepção sociocrítica. Não é difícil aos professores fazerem a distinção entre essas duas concepções.

A concepção democrático-participativa de gestão valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica. Sendo assim, a organização e a gestão escolar requerem o constante aperfeiçoamento profissional, político, científico e pedagógico de todos os sujeitos que compõem a equipe escolar.

Em todas as instituições há sempre um campo de relações, um espaço de mudança e inovação, em que os professores podem desenvolver novas necessidades, novas perspectivas. Ou seja, nesse espaço é possível a criação e o desenvolvimento de novos comportamentos, reaparece, aí, a necessidade dos setores educacionais cultivarem momentos de prática reflexiva, pois dessa reflexão sobre ação podem nascer mudanças na estrutura de relações vigente na cultura organizacional.

Sendo assim, a cultura colaborativa será a síntese dos elementos que asseguram a relação entre a organização escolar e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores: o projeto pedagógico-curricular, a gestão, a organização e articulação do currículo e a formação continuada.

Organizar [...] é bem dispor elementos (coisas e pessoas), dentro de condições operativas (modos de fazer), que conduzem a fins determinados. Administrar é regular tudo isso, demarcando esferas de responsabilidade e níveis de autoridade nas congregadas, a fim de que não se perca a coesão do trabalho e sua eficiência geral. (LOURENÇO FILHO, 1976, p. 41)

4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 - Tipo de Pesquisa

Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Exploratória porque apresenta entre seus objetivos, a investigação dos efeitos sócio-econômicos dos professores. Descritiva porque visa, entre outros aspectos, conhecer a ação coletiva deslanchada para implantação do projeto, as ações de capacitação dos professores. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. Bibliográfica porque para a fundamentação teórica do trabalho foram e serão consultados artigos científicos, livros, dissertações e teses. E trata-se de uma pesquisa de campo quali-quantitativa porque coletará dados através dos seguintes instrumentos - questionários e entrevistas - assim como realizará uma observação participativa (investigação empírica).

Oliveira (2002) afirma que a abordagem da pesquisa quantitativa significa quantificar opiniões, dados, na forma de coleta de informações, e empregar recursos e técnicas estatísticas. A abordagem qualitativa não emprega tratamento estatístico como centro do processo de análise do problema, mas é usada para poder entender a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente chegar a sua verdade e razão. O método de pesquisa a ser usado é o Survey. Conforme Babbie (1999) a pesquisa Survey é usada para a obtenção de dados sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo, indicado como representante de uma população alvo, por meio de questionários estruturados e entrevistas pessoais.

4.2 - Caracterização do Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa abrange os alunos do curso de Especialização em Educação Básica que vivenciaram o processo de implementação do Curso.

4.3 - Coleta de Dados

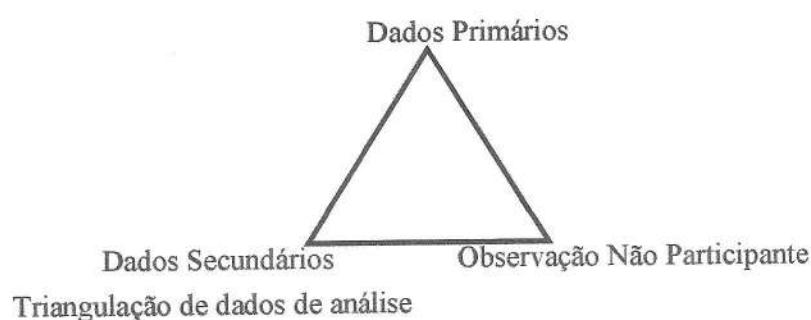
Serão utilizados como instrumento de pesquisa documentos relacionados ao curso, tais como: projeto político pedagógico, Resolução, relatório do Coordenador pedagógico, enfim dados necessários para análise da gestão partilhada do curso.

4.4 - Análises dos dados

A pesquisa é resultante de uma análise de conteúdo, tendo fonte de dados primários, utilizando instrumentos de pesquisa específicos; de uma pesquisa documental para a verificação dos dados secundários e a observação não participante.

Ainda, a análise documental permitiu o conhecimento e a confirmação dos dados coletados e estudados para os resultados. Com a observação não participante, foi possível verificar fatos que reforcem ou não as prerrogativas apontadas na análise dos dados primários e documentais.

A análise segue a triangulação, conforme a figura abaixo:



Buscamos também manter na pesquisa de campo, informações históricas referentes às variáveis de pesquisa para conseguintes correções e sugestões que tornem possível a análise.

Desta maneira, os dados foram analisados, visando compreender e interpretar os significados das ações e relações humanas, ocorridas nos sujeitos que fazem o curso de Especialização em Educação Básica.

Utilizamos a descrição de dados obtidos do contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando ser fiel aos dados coletados, assim apresentamos as interpretações tendo como base os estudos teóricos, indispensáveis a qualquer pesquisa de cunho acadêmico.

5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados e discussões da pesquisa serão apresentados em formas de quadros, seguidos de análise e reflexões.

QUADRO – 1 – COMPONENTES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ordem	Componentes	Carga Horária	Turma
01	Educação, Cultura e Sociedade: Perspectivas Políticas Filosófica	40	Areia
02	Políticas Públicas em Educação	40	Areia
03	Metodologia de Ensino dos conteúdos ao comprometimento social	40	Areia
04	Processos de Avaliação de Ensino-Aprendizagem	50	Areia
05	Processos de Letramento e Interação Social	40	Areia
06	Concepções de Educação Infantil	40	Areia
07	Prática de Pesquisa em Educação	60	Areia
08	Abordagens Teóricas Sobre Ensino Aprendizagem	50	Areia
09	Elaboração de Monografia		
TOTAL		360	

Destacamos neste quadro, os componentes oferecidos no Curso de Especialização em Educação Básica (UEPB), percebemos que os mesmos propiciam uma reflexão sobre a própria prática, a sociedade e o processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola pública, já que são professores que atuam na educação básica, fato que permite uma melhor apropriação e produção de teorias que levam a uma melhoria da qualidade na educação.

Observamos na escolha dos componentes uma preocupação com a formação continuada em nível de pós-graduação deste profissional da educação que conduz a uma visão crítico-reflexiva, na qual o educador é direcionado a refletir sobre as metodologias e concepções que utilizam em sua sala de aula.

De acordo com Costa (1997, p. 25) qualquer processo de reflexão que se empreenda, maneja obrigatoriamente a relação entre este conjunto de pensamentos, ações a realizar e as que realmente se realizam. O que a reflexão pretende é sempre melhorar estas relações. Quer dizer, a reflexão é um modo mais ou menos crítico e rigoroso que temos de tratar problemas práticos, a forma de se enfrentar as discrepâncias entre o que ocorre em nossas ações e as previsões que tínhamos para elas.

Assim, ao trabalhar com os componentes citados no quadro, o curso instrumentaliza os professores a realizar pesquisa sobre educação e ensino, potencializando a competência cognitiva e profissional destes educadores.

Estamos diante de uma proposta de formação continuada de professores que tem correspondência com as concepções mais novas do processo de ensino e aprendizagem que produz competências e habilidades profissionais, indo além de suas responsabilidades de sala de aula, como membro de uma equipe que trabalha conjuntamente, discutindo no grupo práticas e experiências educativas tendo como elemento norteador um novo projeto pedagógico democrático.

A organização pedagógica e a curricular que a UEPB apresenta ao município, tem como diretriz a ligação com a construção e reconstrução da prática docente real, fazendo circular em sua órbita as escolas públicas, de modo a associar práticas formativas continuadas e os contextos reais de trabalho, também priorizam através dos conteúdos dos componentes, o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, o desenvolvimento organizacional e desenvolvimento comunitário. Para isso, o Curso de Especialização em Educação Básica elaborou seu projeto pedagógico, com participação de Mestres e doutores professores da instituição, convidados para esse fim.

Desta forma, o professorado (Cursistas), diante destas propostas pedagógicas que envolvem novas realidades e a complexidade de saberes envolvidos presentemente no CEEB, encontra uma formação teórica mais aprofundada, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença.

QUADRO 2 - FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS DO CURSO

Idade	Quantidade
27 a 30	08
32 a 35	09
36 a 40	07
41 a 44	09
45 a 49	09
55 a 59	02

Os resultados do quadro 2, permitem observar que os professores (cursistas) variam em idade e conseqüentemente, reflete no tempo de serviço e em experiência na sua função de trabalhador da educação.

A experiência é uma fonte importante para que possamos conhecer e transformar a prática pedagógica. Mas só ela não basta para assegurar uma boa formação pedagógica. É fundamental também o aspecto teórico, o estudo e a pesquisa.

Percebemos através dos dados pesquisados que há os professores mais jovens (08) que acreditamos ter concluído recentemente seus cursos de formação inicial para o magistério, através de uma graduação que proporcionou uma didática que permite uma maior facilidade em construir "um mundo comum" com seus alunos. Essa dimensão da formação diminui as distâncias entre os conhecimentos teóricos aprendidos e a prática real do dia-a-dia da escola, já os professores com mais tempo de serviço, que possuem maior experiência adquirida na trajetória vivida nos ensinamentos advindos de uma época educacional que resistia as mudanças e levava muitos a serem autodidatas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, (V1, p. 30) "A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim, como um processo reflexivo e crítico sobre a Prática educativa".

Porém, há um elemento comum, nestes dois padrões de professores, todos, independente do tempo no magistério são unânimes (os mais novos x mais velhos) na busca da melhoria de sua formação profissional, acreditando assim, que através do CEEB serão valorizados no contexto social e institucional.

Ao procurar ampliar o seu processo de formação docente, os educadores sabem que os resultados dessa formação não ficarão restritos à sua pessoa, mas contribuirão positivamente para a aprendizagem dos seus alunos. Na verdade, a qualidade de ensino esta relacionada à qualidade da formação continuada que está voltada para o professor em exercício, sendo sua função básica contribuir para ampliar e alterar, de maneira crítica a prática. Essa mudança poderá ocorrer diante da reflexão sistemática sobre o seu próprio fazer pedagógico para entendê-lo e modificá-lo.

É verdade que o magistério, seja os novos ou velhos educadores, ainda enfrenta problemas sérios em relação a sua valorização social. Mas os professores não têm se mantido passivos diante disso. Ao contrário, têm lutado para mudar essa situação, buscando a melhoria de sua formação e do seu estatus profissional.

“Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional da educação” (Pc Ns, VI pg. 35)

QUADRO 3 – INSTITUIÇÕES DE ORIGEM DO PROFESSOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA		
Rede Municipal	Rede Estadual	Total
25	19	44

Constatamos em nossa pesquisa, nos documentos referentes as matrículas dos alunos Curso de Especialização em Educação Básica, que a maior quantidade de professores são da rede Municipal de Ensino, percebemos a superioridade de professores das escolas municipais, pelo fato de ter sido realizado o convênio para a implantação do curso entre a FURNE/UEPB e a Prefeitura Municipal de Areia, com o objetivo de capacitar em serviço seus professores, visando a melhoria da qualidade do ensino nas escolas que têm como gestores o poder público municipal.

Assim, as vagas remanescentes foram distribuídas entre os professores que moram também no município, mas que desenvolvem suas atividades docentes nas Escolas Estaduais.

É importante salientar que a Escola Pública é uma área em que seu foco é a vida em sociedade, para tanto é imprescindível que busque novos caminhos que dinamizem e aprimorem os conhecimentos e saberes ali trabalhados, de forma que tome o destino em suas mãos, realizando as transformações necessárias para acompanharem as mudanças sociais que ocorrem rapidamente.

Constatamos que por esta razão, os professores continuam estudando, porque vêm neste ato um instrumento crucial no seu desenvolvimento e atualização docente. A escola precisa mudar, mas não só mudar como casa de formação, precisa mostrar esta habilidade e isto depende, acima de tudo, de seus professores. (DEMO 2004 p. 38)

O autor enfatiza que a escola pública precisa tomar consciência de que é uma instância maior de combate à marginalização cultural, devendo ser um espaço de transmissão de conhecimentos e resgate de uma cidadania que é um direito de todos independente da Instituição de Ensino.

QUADRO 4 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO – CURSISTAS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Rede Municipal	Rede Estadual	Toal
35	09	44

Observamos no quadro 4, as representações sociais em torno da profissão docente, referindo-se à identidade profissional desse grupo de professores do Curso de Especialização em Educação Básica (CEEB), percebemos que 85% são mulheres e 15% são homens. A análise realizada na coleta de dados que totaliza 44 cursistas.

Consideramos relevantes a discussão e o aprofundamento a respeito do papel de gênero na constituição da profissão de professor que compreende também o conceito de gênero está presente em todos os sistemas educacionais.

De acordo com Carvalho (1999, p. 55) ... a escola é atravessada pelos gêneros, sendo impossível pensar esta instituição sem que se lance mão das construções sociais e culturais de masculino e feminino...

Podemos vislumbrar, baseados nas afirmações acima, que uma das possibilidades de entendimento da restrita presença de homens no Ensino Fundamental decorreria do fato de esse espaço profissional ser estigmatizado para os homens. Supomos, assim, que os poucos homens que exercem suas atividades nas séries iniciais do Ensino Fundamental sofrem discriminações, uma vez que esse exercício profissional não correspondia ao modelo hegemônico de masculinidade por ser associado ao gênero feminino.

Se pensarmos no conteúdo do núcleo central das representações sociais sobre professor, professor-homem e professora-mulher, conforme já demonstramos, as representações sociais caracterizam o ser professor como uma atividade profissional relacionada a práticas institucionais como, compromisso, responsabilidade e reciclagem. As representações sociais, tanto do professor-homem como da professora-mulher, são atravessadas pelas construções sociais sobre masculino e feminino. Desse modo, não temos a docência elementar apenas como sinônimo de mães, tias, amor. Temos, também, representações sociais que associam o magistério à figura do pai, segundo pai, disciplinador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma reflexão sobre a atual política educacional de formação continuada de professores em nível de pós-graduação, a partir da reinterpretação pedagógica e social da trajetória do Curso de Especialização em Educação Básica.

É importante destacar que são ainda escassos no Brasil os estudos que tratam sobre o tema, no entanto procuramos analisar os encaminhamentos políticos, diretrizes e leis que tratam desta área.

Estas considerações sinalizam que as universidades devem adaptar-se às transformações da Escola Pública, propiciando uma gestão compartilhada que resgate o professor do Ensino Básico para novas aprendizagens, assim como a proposta da UEPB, que de maneira compromissada garantiu as condições para o atendimento das novas demandas dos profissionais em serviço, através de uma formação continuada.

Neste aspecto, entendemos que o Curso de Especialização em Educação Básica incorporou em suas diretrizes os elementos teóricos embasadores da formação do educador, já amplamente apresentando neste estudo, mas que devem ser enfatizadas as dimensões do: conhecimento, prática, pesquisa e compromisso social.

Acreditamos que este estudo foi de extrema importância, pois ofereceu a oportunidade de nos darmos conta de que as mudanças que ocorrem com os educadores, ao longo de sua carreira são muito importantes e que refletem a possibilidade da valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes melhoria salarial e progressão funcional baseada na titulação que vai receber ao término do Curso de Especialização.

A pesquisa permitiu conhecer experiências de vivência sobre a estrutura, o desenvolvimento e os sujeitos envolvidos neste processo educativo.

Por fim, evidenciamos que muitos caminhos ainda temos que percorrer, pois nos deparamos com alguns obstáculos quando tratamos de formação continuada. Primeiro, a sensibilização e mobilização dos educadores para participarem de cursos de Especialização. Segundo, a premência do tempo que os obriga a caminhar depressa para não perderem a possibilidade da melhoria da escola pública brasileira através de sua intervenção Pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB**. Ijuí, RS: Unijui, 1988.
- BARRETO, Raquel Goulart. **A Formação de professores, tecnologias e linguagem**. São Paulo: Loyola; 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. Lei n. 9424 – 24 dea. 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências**.
- _____. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996.
- _____. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília, 1993.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Plano: MEC/INEP, 2001.
- BRESSER PEREIRA, L. C. “**Da administração pública burocrática à gerencial**”. In: _____. & SPINK, P. K. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, M. Pinto. **No coração da Sala de Aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.
- CASTANHO, S. “**Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos**”. In: **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores Associados e Caçador, SC: Universidade do Contestado, 2001.

- CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação á organização e controle**. São Paulo. 1989.
- COSTA V. L. CABRAL (org.). **Gestão Educacional e descentralização**. Novos padrões. São Paulo: Cortez, FUNDAP, 1997.
- CURY, C. R.J. "**O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação**". RBAE. ANPAE: Porto Alegre, 1986.
- DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, São Paulo: 1997.
- _____. DEMO. Pedro. **Universidade, Aprendizagem e Avaliação**. Porto Alegre: Mediação. 2004.
- FREIRE P. **Pedagogia de Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: PAZ e terra, 1996.
- GODOTTI, Moaci.r. **Autonomia da Escola: princípios e proposições**. São Paulo: Cortez, 15 ed.
- LIBÂNEO. José Carlos **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**; 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOURENÇO Filho, M. B. **Organização e administração escolar**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez competência para ensinar: Convite à viagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTOS, M. B. A. **A prática de Ensino e Estágio Supervisionado**, USP. São Paulo, 1995.
- TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer monografia na prática**. 6. ed. Ver. E ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

ANEXO

“A educação é um processo exponencial, isto é, multiplica-se por si mesmo com sua própria realização. Quanto mais educado o homem, mais necessita educar-se e, portanto, exige mais educação.

Como esta não está jamais acabada, uma vez adquirido o conhecimento existente (educação transmissiva) ingressa-se na fase criadora do saber (educação inventiva).”



Prof^ª. Marlene Alves Sousa Luna
Reitora

Prof^º. Dr. Aldo Maciel
Vice – Reitor

Prof^ª. Eliane de Moura Silva
Coordenadora do CIPE

Prof^ª. Maria Divanira de Lima
Arcoverde
Coordenadora do CEEB

Maria das Graças Clementino Silva
Secretária do CEEB



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - PRPGP
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE
ESPECIALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE
PROJETOS ESPECIAIS – CIPE
NÚCLEO DE ASSESSORIA E PESQUISA EM
EDUCAÇÃO POPULAR – NAPEP

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM EDUCAÇÃO BÁSICA**

Campina Grande
abril - 2008

JUSTIFICATIVA

As linhas norteadoras do Ministério da Educação apontam para a necessidade de qualificar os docentes da Educação Básica.

Já não se concebe mais professores que não deem ênfase ao avanço das ciências como expressão do progresso humano e da complexidade que norteia a sociedade como um todo. As demandas sociais na atualidade indicam nas direções da eficiência, eficácia, competência e atualização no processo de ensino-aprendizagem.

Há, portanto, urgência em investir-se na formação de professores, tendo em vista os rumos da escola em direção à qualidade de ensino, na perspectiva da construção de um sujeito social em busca da cidadania.

Neste sentido, a UEPB, cumprindo o seu papel social, se engaja no processo de Educação continuada, estando alerta às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar.

OBJETIVOS

- Formar especialistas em Educação, no sentido de contribuir na qualidade de ensino, na perspectiva da construção de um sujeito social.
- Subsidiar professores com teorias e práticas inerentes à formação comum do educando, indispensáveis para o exercício da cidadania.
- Oferecer uma educação diferenciada para que se efetive na prática a construção de novas relações na escola.
- Propiciar momentos de reflexão e análise da educação brasileira no contexto atual.

CRONOGRAMA

Inscrição: 03 a 05/03/2008

Seleção: 09/03/2008

Divulgação dos resultados: 14/03/2008

Matrícula: 24/ a 31/03/2008

Início do Curso: 05/04/2008

Término do Curso: maio/2009

Público – Alvo: Portadores de Cursos de Graduação.

DIRETRIZES CURRICULARES

- Educação Cultura e Sociedade: Novo Paradigma – Prof. Ms. Antônio Albuquerque.
- Sociolinguística – Prof. Ms. Mari Divanira de Lima Arcoverde.
- Políticas Públicas em Educação – Prof. Ms. Anita Garibaldi.
- Abordagens Teóricas sobre Ensino Aprendizagem – Prof. Ms. Joana Darc Pereira.
- Metodologia do Ensino: dos conteúdos ao comprometimento Social – Prof. Ms. Íris Maria Barbosa Alves.
- Concepções de Educação Infantil – Prof. Ms. Adalgisa Rasia.
- Processos Avaliativos de Ensino Aprendizagem: novas vertentes – Prof. Ms. M^ª dos Prazeres Q. da Silva.
- Prática de Pesquisa em Educação – Prof. Dr.ª. Mônica Simões.